

A CONSTRUÇÃO DIALÓGICA DE IDEIAS E CONCEITOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA POPULAR

João Vitor Rodrigues Martins; Felipe Rocha da Silva

Projeto de Extensão Universitários Vão à Escola - UVE
Universidade de Brasília
comunicao.uve@gmail.com
joaovitormartins2@gmail.com
felipe.rocha1998@outlook.com

Resumo

A partir da experiência extensionista popular do Projeto Universitários Vão à Escola - UVE, da Universidade de Brasília - UnB, buscamos discutir a abordagem de temas e conceitos sobre sexualidade e identidade de gênero com crianças e adolescentes de 6 a 17 anos em um espaço de educação informal comunitário. Baseando-se nas produções teórico-metodológicas sobre: linguagem enquanto espaço de disputa epistemológica e política no debate sobre sexualidades e gênero; na construção da extensão a partir da horizontalidade e na pedagogia emancipatória e dialógica de Paulo Freire, a pesquisa questiona se o modelo educacional tradicional, marcado pelas dicotomias entre educador-educandos e opressor-oprimido, apresentaria respostas para tais dilemas envolvendo questões como diversidade sexual e heteronormatividade. Assim, buscamos trabalhar o combate às opressões de gênero e de sexualidade pelo questionamento aos modelos de depósito de conteúdos, além de traçar formas alternativas à rigidez conceitual apresentada pelo saber-poder acadêmico. Processo que se baseia no reconhecimento das crianças e dos adolescentes como produtores de conhecimentos acerca de sua realidade, de si mesmas e sobre suas relações.

Palavras-chave: horizontalidade, sexualidade, identidade de gênero, extensão popular.

1. Introdução

O artigo se baseia na experiência e no debate extensionista popular do Projeto Universitários Vão à Escola - UVE, da Universidade de Brasília - UnB. Criado em 2005, com atuação em Itapoã, Região Administrativa do Distrito Federal, o projeto é composto de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos e estudantes universitários. Após mais de uma década de existência e passando por diversas reformulações internas ao longo deste período, a UVE

se propõe a ser um projeto de extensão que busca o diálogo com novas formas de saber libertárias e emancipadoras, objetivando a construção de um espaço pedagógico que rompa com posições políticas e epistemológicas hegemônicas, entrando em contato e desenvolvendo, assim, atitudes e concepções afirmativas que, até então, são marginalizadas e oprimidas.

Diante desse contexto, ao longo da atuação do projeto em Itapoã, os temas de sexualidade e identidade de gênero surgem a partir de variadas situações, como por questionamentos sobre o significado de diferentes conceitos e termos, pela expressão homofóbica a partir de xingamentos verbais ou escritos, pela indagação sobre a sexualidade contra-hegemônica de orientadores e orientadoras ou enquanto tema central das atividades desenvolvidas. Falas e situações que, pela diversidade de pensamento, expressão e vivência das crianças e adolescentes, podem vir como significantes de entendimentos de rejeição, aceitação ou de dúvida sobre, por exemplo, homossexualidade, bissexualidade, transgeneridade, desejo e gênero.

A resposta tradicional que poderia ser mobilizada passa pela articulação e transmissão de saberes rígidos, adotando conceitos fixos sobre gênero e sexualidade. Uma ação pautada pelo depósito de conteúdos a partir de uma pedagogia que objetiva a padronização do que está sendo transmitido sem um diálogo e sem levar em consideração a realidade e os processos do educando, que é tratado enquanto objeto do fazer pedagógico (FREIRE, 2013). Além disso, seria possível tratar os diferentes discursos "meramente" como produtos de vivências diversas, adotando uma aceitação sem reflexões posteriores sobre seu conteúdo, o que apresentaremos posteriormente como um respeito multicultural da diferença (JUNQUEIRA, 2009).

A extensão, porém, ao se basear em noções de troca de saberes, horizontalidade e respeito e adequação às diferentes subjetividades e contextos encontrados durante sua prática, rejeita tais lógicas. Uma educação emancipadora e libertária, conforme pensada por Paulo Freire, pressupõe a quebra da colocação do "educador" em posições superiores de poder enquanto detentor de um saber que deve ser transmitido sem ser transformado e questionado pelo "educando". A libertação da situação de oprimido e uma construção do "ser mais" rompem com dicotomias tradicionais do espaço educacional (FREIRE, 2013).

Assim, pretendemos apresentar as discussões promovidas pelo projeto, pensando em maneiras de desenvolver coletiva e dialogicamente estratégias sobre como responder às

demandas, às ações e aos questionamentos das crianças e adolescentes. Partimos da ideia, então, de que o combate à heteronormatividade e a construção de uma afirmação identitária pautada pela cidadania e pela libertação passam por experiências pedagógicas que se posicionam fora do espectro bancário tradicional.

A metodologia adotada passa pela análise documental dos relatórios de atividades produzidos pelos alunos do projeto, que buscam registrar as dinâmicas desenvolvidas naquele dia, assim como as falas e situações mais marcantes. Além disso, apoiamos-nos em uma revisão bibliográfica das obras no campo do questionamento do saber-poder hegemônico a partir de uma proposta educacional emancipadora, com foco nas discussões e experiências marginais que tratam de sexualidade e identidade de gênero.

A extensão universitária, a partir dessas colocações, propõe o rompimento com a lógica vertical do saber hegemônico científico através da construção de uma unidade dialética entre conhecimento do concreto, sabedoria popular e cientificidade acadêmica (FREIRE, 1986). Alinhando-se, então, com o questionamento à heteronormatividade expressa nas relações entre orientadores, orientadoras, crianças e adolescentes do projeto apontamos formas educacionais não formais questionadoras e libertárias visando à construção dialógica de um debate que abarque tanto as expressões marginais como hegemônicas de sexualidade e identidade no ambiente de nossas atividades.

2. A organização do saber-poder na produção e regulação das sexualidades

O saber-poder científico organiza seu conhecimento sobre a sexualidade a partir de discursos que articulam os campos médicos, psicológicos e jurídicos. Categorias surgem, assim, enquanto “verdades”, como processo necessário para a incidência dos poderes patologizantes, medicalizantes e punitivos sobre corpos e sujeitos constituídos marginalmente à matriz heterossexual. Somos chamados coercitivamente a nos localizar nesse espectro rígido de conceitos, normas e noções sobre sexualidade utilizando um discurso confessional a partir dos dualismos postos entre desejo hétero e homossexual. A expressão do “sou” adquire noção de verdade do desejo, permitindo, então, a atuação vertical e coercitiva do saber-poder (FOUCAULT, 1998, 2017).

Assim como posto por Guacira Lopes Louro (2010), a normalidade do sujeito é determinada pelo seu enquadramento entre sexo, gênero e sexualidade, ou seja, um

alinhamento naturalizado entre aspectos biológicos, as noções de masculinidade e feminilidade e a heteronormatividade. Os sujeitos que escapam a tal conjunção rígida são postos no lugar de correção, punição e exclusão. As instituições ganham importante significado em tal ação repressiva do poder, já que são moldadas em sua forma, linguagens, conteúdos e métodos de ação a partir de uma matriz heterossexual.

A diferença sexual se aponta, dessa forma, enquanto uma diferença política, uma distinção que implica em restrições e moldagens pelo poder e que define categorias sociais. O desejo homossexual, conectado a um questionamento das oposições rígidas entre o “masculino” e o “feminino”, é criado em um jogo de conflitos por um “movimento contraditório”, com “rupturas e brechas”, conforme posto por Daniel e Miccolis (DANIEL, MICCOLIS, 1983). Como uma forma de contenção ao princípio de desvio inerente no questionamento da heteronormatividade, subjetividades marginais são então categorizadas em espectros constituídos fora de seus âmbitos coletivos próprios (TREVISAN, 2000).

O processo de normalização opera sobre corpos generificados, sexuados e, também, racializados. É possível identificar um processo de consolidação da masculinidade heterossexual conectada à "branquidade", colocando o sujeito universal a partir dos marcadores, entre outros, de gênero, raça e sexualidade. Junqueira (2009) aponta que:

A complexa formação de gênero e sexualidades racializados, de raças generalizados (ou de normas de gênero racializadas e de normas raciais sexualidades) ao se relacionar com a promoção da naturalização da heterossexualidade, se faz também acompanhar, entre outras coisas, da produção e do acionamento de representações, crenças, mitos que vinculam (de modo essencialista e excludente) grupos raciais a práticas, a habilidades e a atributos sexuais. Com a racialização do gênero e da sexualidade, práticas e mitos sexuais são fixados, essencialidades e explorados como objetos de consumo e como um dos alvos importantes da intolerância (JUNQUEIRA, 2009, p. 369).

Postas tais considerações a partir dos procedimentos de constituição de conceitos fixos para a classificação de desejos e identidades contra-hegemônicos pelo próprio poder, é preciso localizar as subjetividades presentes no cotidiano do Projeto UVE. Os atores das atividades, ou sejam, tanto orientadores, orientadoras, crianças e adolescentes, apresentam uma diversidade sexual e de expressões que tensionam com as divisões estritas entre “masculino” e “feminino”. Ao projeto, então, é posto o desafio de lidar com situações que expõem questionamentos como, por exemplo: “você é gay?”, “você gosta de meninos ou meninas?”, “vocês são namoradas?”, “porque você está usando essa roupa?”, de maneira dialógica e coletivamente construída.

Nessas ocasiões, agir conforme uma abordagem conceitual de passagem de conteúdo sem seu questionamento e sem uma abordagem dos sentidos e das razões articuladas nessas questões seriam reproduzir um modelo de assimetria entre alguém detentor do conhecimento, “educador”, e aquele que o receberá de maneira unilateral, “educando”. A proposta passa por abandonar uma ação do estilo “isso é (...)” ou “o certo é falar (...) em vez de (...)” para estabelecer um diálogo entre crianças, adolescentes, orientadores e orientadoras. Pensando na necessidade de quebra dos pólos tradicionais da educação bancária e que devemos estabelecer um ambiente de troca de conhecimentos, as atividades são, então, articuladas para entender as noções de desejo, sexualidade, gênero e papéis de gênero. Ao trabalhar a partir e com as concepções das crianças e adolescentes, saímos de um campo em que a realidade e as identidades são tratadas como abstrações paradas e estáticas para pensar a própria experiência existencial, por meio de situações, personagens e relações presentes e atuantes em seus cotidianos (FREIRE, 2006, 2013).

3. Possíveis respostas para o dilema apresentado

a. A articulação da legitimidade do saber acadêmico-institucional

Na proposta de um projeto de extensão universitária que se desvincula da tradição educadora bancária, no qual os conhecimentos produzidos no ambiente institucional das universidades, distante do processo de diálogo junto à comunidade, perpetuam o bloqueio a dispositivos que possibilitem a emancipação intelectual e, conseqüentemente, a posições críticas a respeito da condição de subalternidade que se encontram parcelas excluídas dos processos de garantia de direitos políticos, econômicos e sociais. O projeto pretende a construção de um ambiente horizontal na produção dos conhecimentos, uma vez que entendemos o diálogo como fonte primária na construção da capacidade reflexiva e crítica. Portanto, somente a disposição dos envolvidos sem uma hierarquia estabelecida permite que se rompa com a matriz orientador-orientando e possibilite a construção de uma educação popular em acordo com a proposta extensionista indicada.

Nesse contexto, o planejamento de atividades que buscam abordar a temática das indagações sobre rompimentos frente à matriz normativa da sexualidade e de gênero no âmbito do projeto buscam apontar a linguagem, também, como forma de agressão (FERRARI, 2011). Dessa forma, reconhecemos que os indivíduos se localizam de maneiras

distintas dentro da rede de poder-saber, como formulado por Foucault, e que, portanto, possuem diferentes pesos e importâncias atribuídas aos seus discursos (FOUCAULT, 2017).

Questionamo-nos, assim, sobre qual a real possibilidade de promoção e desenvolvimento de transformações sociais se nos apoiarmos em posições autoritárias e impositivas, adotando, por exemplo, falas no sentido de reprimir as expressões que as crianças e adolescentes utilizam ao produzir conhecimento e entendimentos sobre seus e nossos corpos, sexualidades, expressões de gênero, desejos, entre outros. O desafio da prática extensionista passar por pensar quem está autorizado a falar em determinados espaços e como tais discursos constituem sujeitos, determinam distâncias e fronteiras e constitui e forma mesmo aqueles oprimidos por tais redes de poder (FERRARI, 2011), (SEFFNER, 2009).

Tal crítica nos permite adotar uma noção de pedagogias de resistência, como posto por Fernando Seffner (2009), que perpassam formas pedagógicas culturais que se constroem como “um movimento de leitura das práticas culturais e sociais pela ótica da constituição identitária de determinados sujeitos” (SEFFNER, 2009, p. 48). Uma prática pedagógica nesse sentido preza pela formação de indivíduos que se relacionam com o poder a partir da ótica da resistência, em um sentido foucaultiano para qual não há possibilidade de negação do poder ou de constituição de resistências fora do seu espectro (FOUCAULT, 2017), (SEFFNER, 2009).

b. Da irrefutabilidade dos discursos

Também não acreditamos que caiba uma defesa multicultural das diferenças, como aponta Junqueira (2009). Uma posição que adota as diversas falas que encontramos durante nossa atuação no espaço da Horta Comunitária como produtos de uma realidade diferente da nossa e que, portanto, deve ser tolerada (de maneira “polida”, como aponta o autor) não realiza um “profundo questionamento” sobre ideias, estruturas e ações produtoras de relações opressivas (JUNQUEIRA, 2009, p. 387)

Ao dialogar com a visão de Bourdieu (1992, p. 109 apud JUNQUEIRA, 2009, p. 399) das interações linguísticas como “atos de poder”, Junqueira trabalha como as formas e os conteúdos de cada fala dependem “substancialmente de coordenadas de diversos tipos (sexo, instrução, classe social, etc.) que intervêm na determinação de estruturas objetivas dessas interações”. (JUNQUEIRA, 2009, p. 399). Posto isso, negamos uma ação conduzida a partir de tornar fetiche aquelas falas que são produzidas fora ao nosso contexto e que se dão

de maneira “estranha” à nossa zona de conforto. Também não adotamos uma postura de valorizá-las tomando como único parâmetro a sua diferença cultural independentemente de seus conteúdos e assuntos (JUNQUEIRA, 2009).

Nessa perspectiva, o Projeto UVE, enquanto espaço de quebra de modelos educacionais que reiteram as relações de poder produzidos através da matriz heteronormativa, propõe alternativas baseadas na educação popular nos moldes da elaboração teórica de Paulo Freire no que concerne a extensão como espaço de diálogo rumo a uma educação emancipatória e libertária.

4. Possibilidades advindas da prática extensionista

A prática extensionista, dessa forma, toma a forma de uma ação dialógica em constante transformação. Ao sair das posições fixas de um sujeito-educador e um objeto-educando, realizamos uma reconfiguração das relações tradicionais do processo educacional. Questionamos, também, as possíveis atitudes autoritárias de imposições e depósito de conteúdos e aquelas que assumem um discurso de respeito das diferenças de forma vazia e sem um questionamento das bases sociais que as formam, como posto nos tópicos anteriores.

O Projeto se coloca no desafio de promover uma integração com a comunidade, reconhecendo seu espaço, suas condições de fala e de ação e os limites de tal construção. A visão extensionista, portanto, com a qual nos conectamos preza pela elaboração de um espaço que possibilite a expressão criativa, levando em consideração as relações de poder que formam e que se reproduzem naquele espaço (CARNEIRO, 1985). Passamos, também, por críticas sobre o que seria um ensino de “qualidade” e qual o papel da inclusão e do debate sobre desigualdades nos espaços educacionais.

Nossa abordagem se conecta com uma visão que busca transformar o espaço educacional em um ambiente de inclusão das diferenças em sua maior diversidade, construindo alternativas às lógicas que as tratam como exóticas ou como passíveis de repressões. Como aponta Junqueira (2009), para que a Educação se integre a uma perspectiva “crítica, democrática, transformadora libertária e emancipatória” é necessário que “nela a diversidade seja considerada, além de um direito, um fator de estímulo e enriquecimento” (p. 400).

5. Conclusão

Em suma, através da prática extensionista representada pelo Projeto UVE no debate de gênero e sexualidade com crianças e adolescentes de uma ampla faixa etária em espaços de educação informais, observamos uma problemática derivada da patologização, judicialização e identificação como disfunção psicológica das identidades e sexualidades fora da matriz heteronormativa. Derivado dessa desqualificação dos sujeitos com desejos e identidade de gênero marginais, identificamos a produção de posições hierárquicas que se dá através do discurso. Assim, enquanto projeto que visa a promoção de uma sociedade justa, onde o acesso a cidadania é efetivo em todas as parcelas sócias, desqualificamos metodologias de ensino e aprendizagem que impossibilitam a emancipação intelectual coletiva e individual.

Nesse contexto de reflexão acerca dos processos sociais de produção de discursos empoderadores, o projeto propõem a inadequação dos modelos tradicionais de ensino bancário, marcados pelas dicotomias entre sujeito-objeto pedagógico, representado pelo par educador-educando. Desse modo, as atividades devem se esquivar de uma abordagem puramente conceitual, pensando que tais noções da “verdade” do poder científico possuem um papel central na repressão de identidades e sexualidades marginais.

Além disso, desconsideramos a abordagem que trata dos diferentes discursos apenas como manifestações de pluralidade culturais que acabam, devido a não contestação das produções e reproduções de mecanismos de poder baseadas nos discursos, estabelecendo relações de hierarquia entre os indivíduos. Incentivamos, por outro lado, o empoderamento dos atores fora da matriz hegemônica de conhecimento, por meio do diálogo e apropriação dos discursos sobre si, a fim de reduzir as disparidades sociais existentes nas interações coletivas.

O texto busca, então, apresentar as discussões do projeto sobre como a extensão universitária pautada pela horizontalidade e pelo diálogo como formas de promoção da educação popular pode apresentar novas formas e abordagens no campo da sexualidade, de gênero e do combate e ruptura da heteronormatividade. Não pretendemos, dessa forma, descartar a teorização e a concepção das crianças e adolescentes sobre temas e construções

identitárias, mas, sim, trabalhar a partir delas para entender a formação de tais ideias, pensando o que revelam sobre seus contextos, suas relações e suas visões de si mesmas. Dessa forma, buscamos não tratá-las enquanto objetos de um processo humanizador externo, reproduzindo a própria lógica bancária de educação a partir de comunicados, depósitos e iluminações por uma elite intelectual, mas entender como as noções de heteronormatividade e homofobia são articuladas em seus contextos, falas e pensamentos.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Moaci Alves. **Extensão Universitária: versão e perversões** - Estudo tentativo de identificação do débito social das Universidades Federais do Nordeste. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.

DANIEL, Herbert; MICCOLIS, Leila. **Jacarés e Lobisomens**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 13º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006

_____. **Pedagogia do oprimido**. 54º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. Prefácio. In: SANTOS, Renato Quintino dos. **Educação e Extensão**. Petrópolis: Vozes, 1986

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade, Vol. 1** - A vontade de saber. 23ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017

_____. **História da Sexualidade, Vol. 2** - O uso dos prazeres. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FERRARI, Anderson. Reflexões Sobre a Homofobia na Escola. In: CASAGRANDE, Lindamir S.; DA LUZ, Nanci Stancki; DE CARVALHO, Marília Gomes (orgs.). **Igualdade na Diversidade: enfrentando o sexismo e a homofobia**. Curitiba: Editora UTFPR, 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) e UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes (org.). Pedagogias da Sexualidade. **O Corpo Educado** - pedagogias da sexualidade, 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SEFFNER, Fernando. Resistir e(é) multiplicar a circulação entre margens e centros: ideias um pouco desarrumadas, p. 43-58. In: **Bagoas**: revista de estudos gay, V. 3, n. 04, jan./jun. 2009.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Ed. revista e ampliada. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.